

Procedimento de Comercialização

PdC ME.07

**APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE
MEDIÇÃO**



ccee

Câmara de Comercialização
de Energia Elétrica

Versão: 1

Início de Vigência: 11.03.2008

**Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 934, de 07 de março de
2008.**



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

ÍNDICE

1. APROVAÇÃO	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES	3
3. PROCESSO ORIGEM.....	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO	4
5. PÚBLICO ALVO.....	4
6. OBJETIVO.....	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS	5
8. LISTA DE TERMOS.....	7
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE.....	8
10. PREMISSAS	9
11. FLUXOGRAMA	13
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	14
13. CRONOGRAMA GERAL	16
14. ANEXO	17

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 11.03.2008

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 934, de 07 de março de 2008.

2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- **Versão 1**

Elaborada versão inicial do documento.

3. PROCESSO ORIGEM

Cadeia de Valor da CCEE



Macro Processo: Acompanhar o Mercado

4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Apuração de Não-conformidades e Penalidades de Medição – ME.07.

5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE
- 5.3. Conselho de Administração da CCEE

6. OBJETIVO

Estabelecer a metodologia de apuração e o processo para a aplicação de penalidades por Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, por Infração na Inspeção Lógica e por Infração de Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999 - Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão, aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
- 7.3. Resolução ANEEL nº 344, de 25 de junho de 2002 - Fixa as datas limite para entrada em operação comercial do sistema de medição de faturamento de energia elétrica e estabelece a responsabilidade pela respectiva implementação.
- 7.4. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 - Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.5. Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08 de junho de 2004 - Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências.
- 7.6. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 - Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.7. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 - Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.8. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 - Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.9. Resolução Normativa ANEEL nº 210, de 13 de fevereiro de 2006 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro / 2006, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, bem como altera o §. 2º, do art. 8º, da Resolução Normativa nº 67, de 08.06.2004.
- 7.10. Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006 - Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- 7.11. Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23 de janeiro de 2007 - Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, bem como da Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, e dá outras providências.
- 7.12. Resolução Autorizativa nº 787, de 23 de janeiro de 2007 - Autoriza a utilização, em caráter provisório, da Revisão I do Módulo 12 dos Procedimentos de Rede.
- 7.13. Resolução Normativa nº 254, de 28 de fevereiro de 2007 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2007, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26.10.2004.
- 7.14. Lei nº 11.488, de 11 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

8. LISTA DE TERMOS

Este Procedimento de Comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário Termos da CCEE.

- Agente Associado
- Agente da CCEE ou Agente
- Agente Vinculado
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Conselho de Administração da CCEE
- Consumidor Livre
- Contabilização
- du
- Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE)
- Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL)
- Superintendência da CCEE

9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
Termo de Notificação	<ul style="list-style-type: none"> Documento de notificação enviado ao Representante Legal do Agente, informando a Penalidade de Medição específica, o qual conterá as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> a) Identificação da CCEE e respectivo endereço; b) Mês de Referência e número do Termo de Notificação; c) Nome, endereço e qualificação do Agente Notificado; d) Indicação do Agente Associado e/ou Agente Vinculado, caso aplicável. e) Descrição dos fatos levantados; f) Indicação do dispositivo regulatório descumprido; g) Indicação e valor em moeda nacional corrente da penalidade de multa aplicável; h) Prazo para apresentação da eventual Contestação ao Termo de Notificação e indicação de destinatário e local para seu encaminhamento; i) Local e data da expedição do Termo de Notificação; j) Assinatura do Superintendente da CCEE.
Contestação ao Termo de Notificação	<ul style="list-style-type: none"> Documento a ser elaborado em papel timbrado pelo Agente notificado, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> a) Mês de referência e número do Termo de Notificação; b) Qualificação do Agente da CCEE notificado; c) Endereço eletrônico do Agente notificado para recebimento de comunicações posteriores; d) Os fatos e os fundamentos técnicos de contestação; e) As provas com que o Agente notificado pretende demonstrar a veracidade dos fatos alegados, caso aplicável; f) Local e data do documento; g) Identificação e assinatura do Representante Legal do Agente da CCEE notificado. Quando for nomeado representante com poderes específicos para atuar no âmbito do processo relativo à aplicação de penalidades, deverá ser apresentado instrumento de mandato com poderes de representação, caso aplicável; h) Anexos contendo os documentos citados no corpo da Contestação ao Termo de Notificação.

10. PREMISSAS

10.1. Premissas Gerais

- 10.1.1. As penalidades de medição serão aplicadas considerando cada ponto de medição irregular de responsabilidade do Agente, conforme cadastro no SCDE.
- 10.1.2. As infrações dos Agentes passíveis de penalidades de medição referem-se a não-conformidades quanto a:
 - i. Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF;
 - ii. Inspeção Lógica;
 - iii. Coleta de Dados de Medição para Contabilização.
- 10.1.3. As infrações tipificadas neste Procedimento de Comercialização sujeitarão os Agentes à penalidade de multa.
- 10.1.4. Apuradas quaisquer não-conformidades na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, na Inspeção Lógica ou na Coleta de Dados de Medição para Contabilização do Agente, a Superintendência da CCEE encaminhará Termo de Notificação, para cada tipo de infração apurada, especificando os pontos de medição irregulares, por meio do envio de Carta Registrada assinada pelo Superintendente da CCEE, e com Aviso de Recebimento dos Correios (AR), informando cada ponto de medição irregular do Agente.
- 10.1.5. O Agente notificado para pagamento da penalidade poderá apresentar Contestação ao Termo de Notificação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do Termo de Notificação. Para tanto, deverá encaminhar a Contestação ao Termo de Notificação à Superintendência da CCEE, tempestivamente, no endereço da Alameda Santos, 745 - 9º andar Cerqueira César - São Paulo - SP CEP: 01419-001, A/C da Gerência de Acompanhamento do Mercado.
- 10.1.6. Caso o Agente notificado apresente a Contestação ao Termo de Notificação no prazo estabelecido neste Procedimento de Comercialização, a Superintendência da CCEE encaminhará para avaliação e deliberação do Conselho de Administração da CCEE a documentação inerente ao processo, incluindo parecer técnico e a respectiva Contestação ao Termo de Notificação.
- 10.1.7. Para apresentação de seu voto e deliberação do Conselho de Administração da CCEE, o relator do processo poderá efetuar diligência, pedir esclarecimentos e/ou a apresentação de documentos, análises e outros subsídios que entender necessários, hipótese na qual a avaliação do processo ficará sobrestada pelo tempo necessário.
- 10.1.8. O Conselho de Administração da CCEE, decidindo pelo provimento da Contestação ao Termo de Notificação, arquivará o Termo de Notificação.
- 10.1.9. Negado provimento à Contestação ao Termo de Notificação oferecida pelo Agente, o Conselho de Administração da CCEE aplicará, de imediato, a penalidade de multa, que será incluída na primeira Contabilização imediatamente posterior, obedecido o PdC CZ.01 - Cronograma Geral de Contabilização, com destinação definida conforme Regras de Comercialização.
- 10.1.10. O Conselho de Administração da CCEE informará a sua decisão à Superintendência para a devida comunicação ao respectivo Agente, a qual ocorrerá mediante Carta Registrada assinada pelo Superintendente da CCEE e com Aviso de Recebimento dos Correios (AR).
- 10.1.11. Caso o Agente notificado não apresente a Contestação ao Termo de Notificação no prazo estabelecido neste Procedimento de Comercialização, o montante constante do Termo de Notificação será incluído na primeira Contabilização imediatamente posterior, obedecido o PdC CZ.01 - Cronograma Geral de Contabilização.
- 10.1.12. Constitui reincidência a prática de nova infração de medição, de mesma natureza, por ponto de medição, cometida pelo mesmo Agente após o período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da aplicação da penalidade anterior. No caso de reincidência, a multa aplicável terá seu valor aumentado ao dobro.
- 10.1.13. Conforme estabelecido, respectivamente, no PdC AG.01 - Adesão à CCEE e PdC AM.12 - Representação Contábil de Agentes, a penalidade apurada ao Agente Associado ou

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

Agente Vinculado levará em conta sua configuração contábil na CCEE, e será informada ao respectivo Agente Principal por meio do Termo de Notificação.

- 10.1.14. Se o Agente cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.
- 10.1.15. O cumprimento da penalidade pelo Agente não o exime de atender às determinações da CCEE relativas às infrações praticadas.

10.2. Premissas Específicas para Penalidades por Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF

- 10.2.1. A CCEE verificará o cumprimento dos prazos para a Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF pelo Agente, previstos na Resolução ANEEL nº 344, de 25 de julho de 2002 e nas Resoluções Normativas ANEEL nº 67, de 08 de junho de 2004 e nº 248, de 23 de janeiro de 2007, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS.
- 10.2.2. Aos Agentes que não tiverem cumprido os prazos para Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF, previstos nas Resoluções supracitadas, poderá ser aplicada a penalidade de multa. O fato da concessionária de transmissão efetuar a compra dos equipamentos de medição para faturamento, cobrando os encargos de conexão da concessionária, permissionária ou autorizada de distribuição, não exime a distribuidora acessante de eventuais penalidades decorrentes de infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF.

Da Responsabilidade pelo Pagamento da Penalidade de Multa

- 10.2.4. O fato da concessionária, permissionária ou autorizada possuir a responsabilidade técnica ou financeira pelo Sistema de Medição para Faturamento não exime o Consumidor Livre e/ou Especial de eventuais penalidades de multa decorrentes de Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF.
- 10.2.5. Em se tratando de Agentes Consumidores Livres e/ou Especiais e não adequados até a data de 30.10.2007, eventuais penalidades de multa decorrentes de Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF deverão ser aplicadas aos respectivos Agentes Consumidores Livres e/ou Especiais e à concessionária, permissionária ou autorizada a qual estão conectados, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23 de janeiro de 2007.
- 10.2.6. A responsabilidade pelo pagamento de eventual penalidade de multa decorrente de Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF em Usina de propriedade de um não Agente da CCEE é de responsabilidade do seu Agente Representante no SCL.
- 10.2.7. A penalidade de multa por Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF aplicável para cada ponto de medição irregular do Agente terá como valor o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multiplicado pelo Fator de Penalidade – FPE:
- FPE=1, para o nível de tensão de 2,3 kV e 25 kV;
 - FPE=2, para o nível de tensão de 30 kV a 44 kV;
 - FPE=4, para o nível de tensão de 69 kV;
 - FPE=8, para o nível de tensão de 88 kV e 138 kV; e
 - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.
- 10.2.8. Poderá ser concedida isenção da multa por Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento desde que o Agente comprove que não teve gestão na situação que resultou na ocorrência do fato gerador.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

10.3. **Premissas Específicas para Penalidade por Infração na Inspeção Lógica**

- 10.3.1. Entende-se por Inspeção Lógica a coleta, pela CCEE, dos dados diretamente nos medidores, principal e retaguarda, do ponto de medição do Agente, sem interferência ou intervenção deste.
- 10.3.2. Configura infração a impossibilidade de realização de Inspeção Lógica pela CCEE, por motivo de responsabilidade do Agente de Medição, quando houver pelo menos 03 (três) tentativas fracassadas consecutivas, com intervalo mínimo de um dia entre elas, sendo o Agente, na primeira tentativa fracassada, comunicado formalmente de sua condição irregular.
- 10.3.3. Na realização de Inspeção Lógica pela CCEE, e havendo não-conformidade, a CCEE deverá informar ao Agente através de Chamado Ativo.
- 10.3.4. A apuração de Infração na Inspeção Lógica será mensal.
- 10.3.5. Aos Agentes de Medição notificados por Infração na Inspeção Lógica poderá ser aplicada a penalidade de multa.
- 10.3.6. Os Agentes que justificarem, previamente, dificuldades para a realização da Inspeção Lógica pela CCEE, por meio de Boletim de Ocorrência em Medição – BOM, nos termos do Anexo 3 do Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Rede do ONS, poderão ser isentados da aplicação de penalidade de multa decorrente de Infração na Inspeção Lógica.
- 10.3.7. A penalidade de multa por Infração na Inspeção Lógica terá como valor o montante de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), multiplicado pelo Fator de Penalidade – FPE, aplicáveis para cada ponto de medição irregular do Agente:
- FPE=1, para o nível de tensão de 2,3 kV e 25 kV;
 - FPE=2, para o nível de tensão de 30 kV a 44 kV;
 - FPE=4, para o nível de tensão de 69 kV;
 - FPE=8, para o nível de tensão de 88 kV e 138 kV; e
 - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.

10.4. **Premissas Específicas para Penalidade por Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização.**

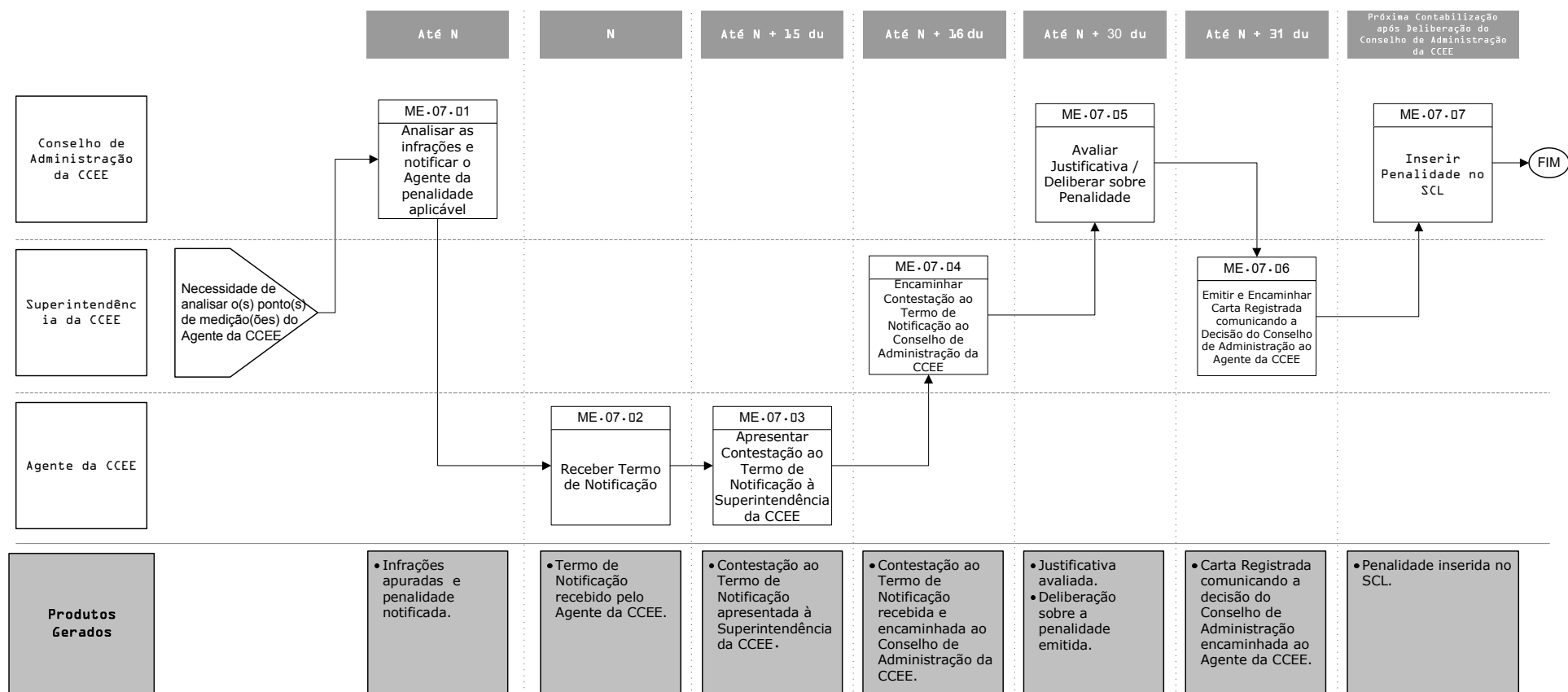
- 10.4.1. Considera-se como Ponto de Medição Estável aquele cujos dados são oficialmente utilizados na Contabilização da CCEE.
- 10.4.2. Configura Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização de um ponto de medição estável a constatação pela CCEE, de períodos maiores que 120 horas ininterruptas ou 240 horas alternadas sem coletas, no mesmo mês de apuração da penalidade.
- 10.4.3. A eventual inserção de dados de medição via “.txt”, nos termos do PdC ME.01 – Registrar Dados de Medição no SCL, não exime o Agente de eventual aplicação da penalidade prevista nessa seção.
- 10.4.4. A apuração de Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização será mensal, e realizada a partir de MS+4du.
- 10.4.5. Aos Agentes de Medição notificados por Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização poderão ser aplicadas as penalidades de advertência e de multa.
- 10.4.6. O valor da penalidade de multa por Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização será obtido multiplicando-se o valor monetário do Valor de Referência (VR) pela quantidade de horas faltantes na Contabilização e pelo Fator de Penalidade - FPE, para cada ponto de medição irregular do Agente:
- FPE=1, para o nível de tensão de 2,3 kV e 25 kV;
 - FPE=2, para o nível de tensão de 30 kV a 44 kV;
 - FPE=4, para o nível de tensão de 69 kV;

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

- FPE=8, para o nível de tensão de 88 kV e 138 kV; e
 - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.
- 10.4.7. Os Agentes que justificarem a ausência de coleta de dados de medição para contabilização, previamente, por meio de Boletim de Ocorrência em Medição, nos termos do submódulo 12.3 dos Procedimentos de Rede do ONS, poderão ser isentados da aplicação de penalidade decorrente de infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Contabilização, desde que tenham apresentado os valores de estimativa dentro dos prazos regulamentares, e que estes sejam aprovados pela CCEE. Caso a ocorrência por falta de medição ultrapasse 15 (quinze) dias corridos, o Agente será penalizado.
- 10.4.8. Os Agentes não estarão sujeitos à aplicação de penalidades quando eventuais problemas de estabilidade na comunicação, que afetem a Coleta Diária de dados de medição, sejam de responsabilidade da CCEE.

11. FLUXOGRAMA

11.1. Aferir Infração(ões) e Aplicar Penalidade(s)



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

12.1. Aferir Infração(ões) e Aplicar Penalidade(s)

ATIVIDADE	CÓDIGO	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Analisar as infrações e notificar o Agente da penalidade aplicável	ME.07.01	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Analisar cada infração apurada; Notificar o Agente da penalidade aplicável. <p>Nota: A Superintendência da CCEE encaminhará, se for o caso, Termo de Notificação ao Agente responsável.</p>		Infrações apuradas e penalidade notificada.	Até N
Receber Termo de Notificação	ME.07.02	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber o(s) Termo(s) de Notificação. <p>Nota: O Agente receberá um Termo de Notificação para cada tipo de infração apurada, especificando cada ponto de medição irregular.</p>	Termo de Notificação	Termo de Notificação recebido pelo Agente da CCEE.	N
Apresentar Contestação ao Termo de Notificação à Superintendência da CCEE	ME.07.03	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e encaminhar Contestação da Notificação ao Conselho de Administração da CCEE para o endereço Alameda Santos, 745 - 9º andar Cerqueira César - São Paulo - SP CEP: 01419-001, A/C da Gerência de Acompanhamento de Mercado. <p>Nota: Caso o Agente notificado opte por não apresentar a Contestação ao Termo de Notificação, a penalidade será incluída na primeira Contabilização imediatamente posterior.</p>	Contestação ao Termo de Notificação	Contestação ao Termo de Notificação apresentada à Superintendência da CCEE.	Até N+15du
Encaminhar Contestação ao Termo de Notificação ao Conselho de Administração da CCEE	ME.07.04	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber e encaminhar a Contestação ao Termo de Notificação ao Conselho de Administração da CCEE. 	Contestação ao Termo de Notificação	Contestação ao Termo de Notificação recebida e encaminhada ao Conselho de Administração da CCEE.	Até N+16du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

ATIVIDADE	CÓDIGO	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Avaliar Justificativa / Deliberar sobre Penalidade	ME.07.05	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber Contestação ao Termo de Notificação. Eleger, dentre os Conselheiros da CCEE, um responsável pela condução dos trabalhos inerentes ao Processo de Contestação ao Termo de Notificação. Analisar a Contestação da Notificação. Julgar a aplicação da penalidade. Emitir Deliberação sobre a aplicação da penalidade. 	Contestação ao Termo de Notificação	Justificativa Avaliada. Deliberação sobre a penalidade emitida.	Até N+30du
Emitir e Encaminhar Carta Registrada Comunicando a Decisão do Conselho de Administração ao Agente da CCEE	ME.07.06	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Emitir e encaminhar ao Agente da CCEE Carta Registrada e com aviso de recebimento (AR), assinada pelo Superintendente da CCEE, comunicando a decisão do Conselho de Administração da CCEE sobre a Contestação ao Termo de Notificação. 		Carta Registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao Agente da CCEE.	Até N+31du
Inserir Penalidade no SCL	ME.07.07	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Inserir no SCL penalidade a ser aplicada ao Agente notificado, com base na deliberação do Conselho de Administração da CCEE. 	SCL	Penalidade inserida no SCL.	Próxima Contabilização Após Deliberação do Conselho de Administração da CCEE

Legenda:

N: data de recebimento do Termo de Notificação pelo Agente da CCEE.
du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC ME.07	INÍCIO DE VIGÊNCIA 11.03.2008	Versão 1
NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO		

13. CRONOGRAMA GERAL

13.1. Aferir Infração(ões) e Aplicar Penalidade(s).

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA						
Analisar as infrações e notificar o Agente da penalidade aplicável	Até N						
Termo de Notificação recebido pelo Agente da CCEE.		N					
Contestação ao Termo de Notificação apresentada à Superintendência da CCEE.			Até N+15du				
Contestação ao Termo de Notificação Recebida e Encaminhada ao Conselho de Administração da CCEE.				Até N+16du			
Justificativa avaliada.					Até N+30du		
Deliberação sobre a penalidade emitida.					Até N+30du		
Carta Registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao Agente da CCEE.						Até N+31du	
Penalidade inserida no SCL.							Próxima Contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE

14. ANEXO

14.1 – Termo de Notificação



Termo de Notificação – TN

1. Emissor

TN xxxx/200x

Nome:

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Endereço:

Alameda Santos, 745 – 9º andar, São Paulo – SP

2. Empresa Notificada

Nome:

CNPJ:

Classe no âmbito da CCEE:

Endereço:

3. Descrição da Não-conformidade

4. Enquadramento (Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido)

Infração na Instalação e/ou Adequação do Sistema de Medição para Faturamento:

- a) Agente Distribuidor: Artigo 18, §§ 6º e 7º, da Resolução ANEEL nº 281, de 01.10.1999, artigo 8º, § 7º, da Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08.06.2004, e Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23.01.2007;
- b) Agente Gerador: Artigo 1º, da Resolução ANEEL nº 344, de 25 de junho de 2002;
- c) Agente Consumidor Livre e/ou Especial: Artigo 18, §8º, da Resolução ANEEL nº 281, de 01.10.1999 e Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23.01.2007.

Infração na Inspeção Lógica:

Resolução Autorizativa nº 787, de 23 de janeiro de 2007 – Submódulo 12.2, Anexo I, 1.2.1.8.

Infração por Ausência de Coleta de Dados de Medição para Faturamento:

Resolução Autorizativa nº 787, de 23 de janeiro de 2007 – Submódulo 12.2, Anexo I, 1.2.1.8.

 Leonardo Calabró

Superintendente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O Agente notificado que optar por apresentar Contestação da Notificação deverá encaminhá-la ao Conselho de Administração da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745 – 9º andar, Cerqueira César – São Paulo – SP CEP: 01419-001, A/C da Gerência de Acompanhamento do Mercado, com identificação e assinatura do Representante Legal.

O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento desta notificação.